



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 07/10/2015

EMPRESAS

MP vai começar usar sistema da Jucese

Mais um núcleo do Ministério Público Estadual de Sergipe (MPE/SE) começará a utilizar o sistema Jucese Conveniados, que simplifica o acesso aos dados de empresas cadastradas na Junta Comercial do Estado de Sergipe. Trata-se do Centro Operacional do Terceiro Setor, sob a direção da promotora Ana Paula Machado.

Nesta quarta-feira, 07, o presidente da Jucese, George Trindade, juntamente com o secretário geral da autarquia, Marcelo Passos, e o programador Mateus Araújo, apresentarão o Sistema Conveniados à promotora Ana Paula e sua equipe de trabalho.

“Nossa intenção é contribuir com os órgãos parceiros para facilitar o andamento de processos investigativos, bem como economizar tempo, papel, entre outros trâmites burocráticos. De forma econômica, ágil e segura, o Centro do Terceiro Setor do MPE terá acesso online a informações precisas das empresas do nosso banco de dados”, ressalta George Trindade.

Através do Sistema Conveniados, os órgãos públicos parceiros da Jucese podem pesquisar atos constitutivos, baixas, alterações e procurações de empresas por meio do Número de Identificação do Registro de Empresas (Nire), Nome Empresarial e CNPJ.

“Queremos agilizar a investigação de nome de pessoas envolvidas em situações onde pode ter havido um ilícito penal, no caso de associações ou empresas. A necessidade de obter uma informação rápida foi o que nos fez entrar em contato com o presidente da Junta Comercial e solicitar o acesso ao Conveniados”, informa a promotora Ana Paula.

Até o momento, firmaram parceria para ter acesso ao sistema Jucese Conveniados a Receita Federal; Procuradoria da Fazenda Nacional; Ministério Público Federal; a Secretaria de Segurança Pública, através do Departamento Especializado em Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública; MPE/SE por meio dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, e de Combate à Improbidade Administrativa; além do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Ordem Tributária.